

Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO		
Local: ARPB	Data: 06/07/2018	Hora: 09h00 às 11h00
Pauta: <ul style="list-style-type: none">- Leitura da ata da reunião anterior;- Apresentação do Relatório da OGE;- Discussão sobre transição de governo (Lei Estadual nº 9294/2010/Resolução TCE nº 03/2016);- Proposta de criação da Câmara de Conciliação;- Outros assuntos;- Agendamento da próxima reunião.		
Presentes: Waldir Porfírio, Gilmar Martins, Gilvanildo Pereira, Tânia Brito e Sebastião Souza		
Ausentes: Ana Maria Cartaxo (justificada), Leonardo Quintans (justificada), Lúcio Landim (justificada), João Bosco Carneiro Júnior (justificada), Eduardo Albuquerque, Aluizio Bezerra Filho, Nildo Nunes, Gabriel Wright (justificada)		

ATA DECLARATÓRIA

A 12ª reunião do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção – CTPCC teve início com a Conselheira Tânia Brito realizando a leitura da ata da reunião anterior que obteve a aprovação dos Conselheiros presentes. Devido a presente reunião não ter alcançado o quórum mínimo para deliberações, os Conselheiros presentes decidiram não ser oportuna a apresentação do relatório da OGE pela Conselheira Tânia Brito, lembrando que o referido relatório esta disponível no site da Ouvidoria Geral do Estado - OGE. Na sequência foi tratado do evento realizado no Palácio da Redenção, no dia 21 de maio, de propositura deste Conselho de Transparência, denominado programa Paraíba Transparente, composto por dois Decretos que foram assinados pelo Governador: um que regulamenta a Lei Anticorrupção e outro que regulamenta as competências das Ouvidorias Públicas e cria a Carta do Usuário do Serviço Público; bem como dois Projetos de Lei: o que cria o Fundo de Combate à Corrupção e o que institui o Dia Estadual do Controle Interno. Quanto à discussão sobre transição de governo e a proposta de criação da Câmara de Conciliação, temas da pauta, os Conselheiros decidiram deixar para a próxima reunião. Em seguida, os Conselheiros deliberaram sobre os pontos pendentes e definiram retirar de pauta o Seminário de Compliance, que estava acordado para ser realizado no mês de junho, na cidade de Campina Grande, assim como a recomendação de inserção, dentre os critérios para a assinatura de convênios via PACTO, a criação da Conselhos de Transparência municipais, uma vez que a mesma já fora apresentada ao Governo do Estado. Quanto ao

Termo de Cooperação Técnica entre a CGU e a ESPEP, o Conselheiro Gabriel Wright, contatado ao telefone, relatou que a proposta está mantida e que entrará em contato com a Dra. Luciane Coutinho, Superintendente da ESPEP, para concluírem a parceria. Na sequência o Presidente do Conselho tratou da proposta da Professora Lúcia Guerra, para a criação do Arquivo Público Estadual, que deverá ser apresentada na próxima reunião. Ao término, foi agendada a 13ª reunião deste Conselho para o dia 14 de setembro de 2018, das 09h00 às 11h00, na sede da ARPB, tendo como minuta de pauta: 1. Leitura da ata; 2. Apresentação da proposta de criação do arquivo estadual; 3. Discussão sobre transição de governo (Lei Estadual nº 9.294/2010 e Resolução TCE nº 03/2016); 4 Proposta de criação da Câmara de Conciliação; 5. Encaminhamentos do Termo de Cooperação Técnica CGU/ESPEP; 6. Outros assuntos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Gianka Cunha, a presente ata, com a anuência e todos os presentes acima nominados e referenciados.